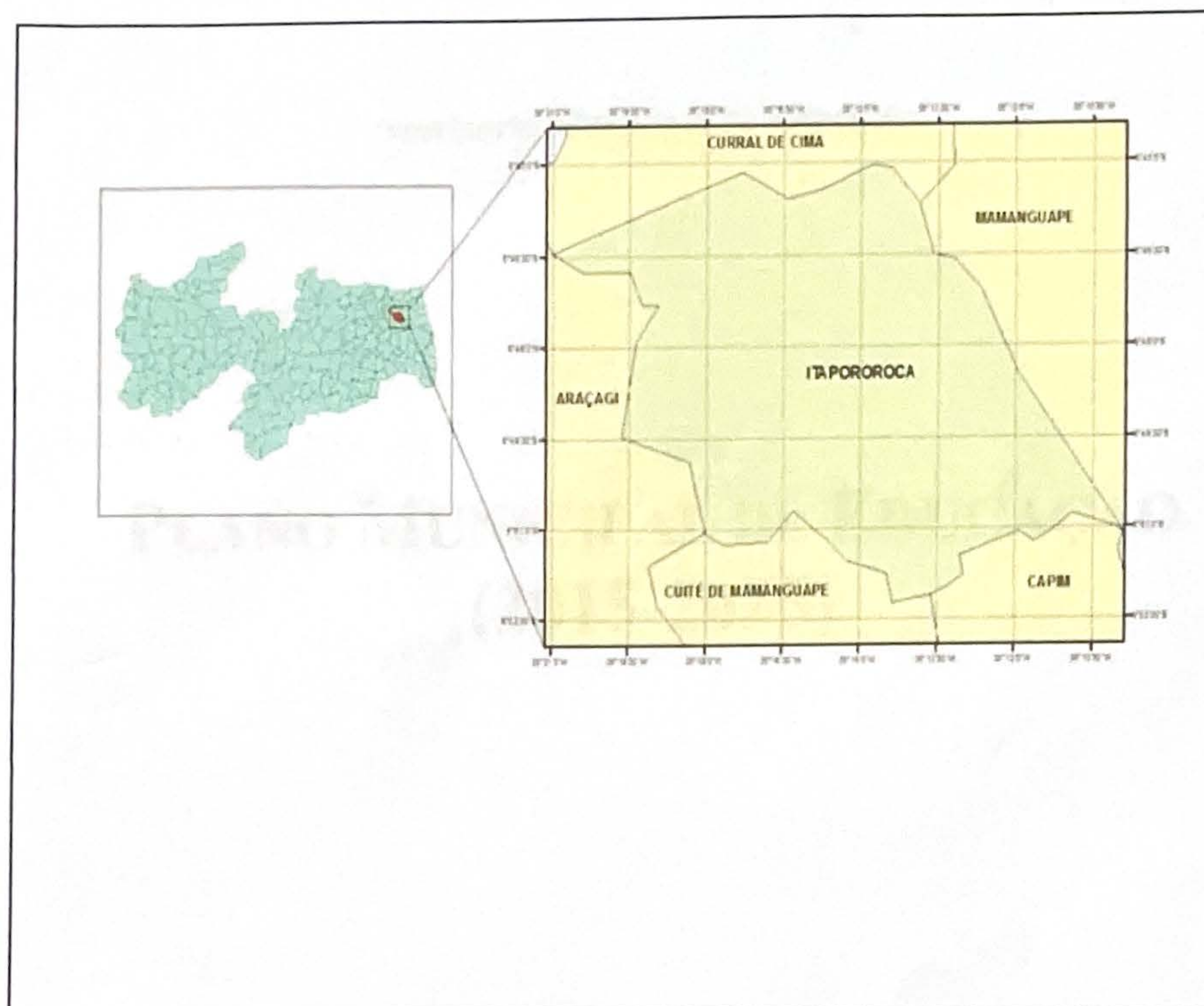




Plano Municipal de Educação

Itapororoca – PB



Plano Municipal de Educação
ITAPOROROCA/PB

Período:
2015 - 2025

Secretaria Municipal de Educação

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2015-2025)

ITAPOROROCA – PB, 2015



Secretaria Municipal de Educação

Itapororoca – PB. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação.**
Município, 2015.



Plano Municipal de Educação de Itapororoca

Celso de Moraes Andrade Neto
Prefeito Constitucional

Luciana Fernandes Madruga
Vice-prefeita

Prof. Jhef Costa
Secretário Municipal de Educação

Profª Fernanda Figueiredo de Carvalho
Coordenadora Geral do PME

Equipe Responsável

Profª Mariléia Silva de Souza
Profª Maria Neide Gomes
Profª Arlinda Cristina Costa Câmara



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Sete de Setembro – S/N – Bairro dos Estudantes – Itapororoca/PB

Comissão Municipal:

1. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Jhef Costa da Silva

2. REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

TITULAR: Josenilda Maria da Silva Elias

SUPLENTE: Caio Pereira

3. REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR: Marileia Silva de Souza

SUPLENTE: Luzimar Silva de Souza

4. REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

TITULAR: Dagaberto da Silva Santos Júnior

SUPLENTE: Anselmo Vasconcelos de França

5. REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE FINANÇAS

TITULAR: Edilson Teixeira Barbosa

SUPLENTE: Olívia Granjeiro Pereira

6. REPRESENTANTE DAS ESCOLAS DO CAMPO

TITULAR: Junio Santos da Silva

SUPLENTE: Maria Neuma Gomes de Oliveira

7. REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO

TITULAR: Neuza Fernandes Madruga de França

SUPLENTE: Elissandra Maria Conceição de Brito

8. REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

TITULAR: Marcos Antônio Silva de Mouraes

SUPLENTE: Cláudia Aragão Sena de França

9. REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO DO FUNDEB

TITULAR: Luiz Carlos Jales Florentino

SUPLENTE: Cilene Fernandes de Souza



10. REPRESENTANTE DA REDE PRIVADA

TITULAR: Arlinda Cristina Câmara da Costa

SUPLENTE: Maria Fernanda Silva de Paulo

11. REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – COMAE

TITULAR: Luiz Gonçalves Madruga Júnior

SUPLENTE: Maria Iolanda de Souza Serrano

12. REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES/TRABALHADORAS DA EDUCAÇÃO

TITULAR: Senildo Henrique da Silva

SUPLENTE: Guilherme Madruga B. de Souza

12. REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

TITULAR: Junio Santos da Silva

SUPLENTE: Maria Neuma Gomes de Oliveira

13. REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

TITULAR: Maria Martha dos Santos

SUPLENTE: Maria Neide Gomes de Oliveira

14. REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I

TITULAR: Humberlânia Monteiro da Silva

SUPLENTE: Danizelmo Rodrigues Maciel

15. REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL II

TITULAR: Maria Lúcia Serrano de Souza

SUPLENTE: Renata Bezerra da Silva

16. REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

TITULAR: Leandro Alfredo dos Santos Silva

SUPLENTE: Eugênio Pacelli Nunes Paulo Júnior

17. REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

TITULAR: Elisângela dos S. S. de B. Félix

SUPLENTE: Daniela Carla Pontes Coelho

18. REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

TITULAR: Verônica de Lourdes Ferreira de Pontes

SUPLENTE: Lúcia Helena da Silva



Equipe Técnica Colaborativa:

Adenilza Cordeiro de Souza – Supervisora da 1ª Fase
Arlinda Cristina Costa Câmara – Coordenadora do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa
Edilma dos Santos Azevedo – Supervisora da 1ª Fase
Ednalva Amâncio Oliveira – Coordenadora da 1ª Fase da Educação de Jovens e Adultos
Elza Cristina Madruga Carvalho – Coordenadora da 2ª Fase da Educação de Jovens e Adultos
Ezequiel Dias da Silva - Coordenador do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa
Fernanda Figueiredo de Carvalho – Coordenadora Geral Pedagógica
José Gilson Felix de França – Supervisor da 2ª Fase
José Rafael dos Santos – Supervisor Escolar
Josinete Lucas da Silva - Supervisora da 1ª Fase
Luciane Castor A. S. B. Quintão – Coordenadora do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa
Luiz Carlos Jales Florentino – Coordenador Técnico da Secretaria
Luciene Felipe dos Santos – Coordenadora da Educação Infantil
Luciene Filgueira da Silva – Supervisora da 1ª Fase
Luiz Gonçalves Madruga Junior – Supervisor da 2ª Fase
Maria Neide Gomes de Oliveira – Supervisora da 2ª Fase
Mariléia Silva de Souza - Supervisora da 2ª Fase
Maria Lúcia Serrano de Souza – Supervisora da 2ª Fase
Rita de Cássia de Oliveira – Coordenadora PDE/PDDE
Verônica de Lourdes Ferreira de Pontes – Coordenadora do Programa Mais Educação



PREFÁCIO

O presente Plano Municipal de Educação foi elaborado através do esforço coletivo da Equipe Técnica da Secretaria Municipal da Educação de Itapororoca conjuntamente com os professores da rede municipal, rede estadual e da rede privada de ensino, com os representantes dos poderes executivo e legislativo, bem como com representantes da sociedade civil organizada. Representa os anseios da categoria docente e de todos os que lidam com a educação do município de Itapororoca.

Este documento expressa as opiniões, as decisões e os sonhos dos profissionais da educação do município de Itapororoca, debatidos na Segunda Conferência Municipal da Educação, realizada no dia 05 de maio do ano 2015, que definiu as metas educacionais para o município por um período de dez anos, conforme exigência do Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei Federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

É um marco para o nosso município, pois representa um grande avanço para consolidação da democracia no sistema educacional de Itapororoca. Sendo intenção do Plano Municipal de Educação contribuir efetivamente para concretizar as mudanças necessárias à oferta, acesso, permanência dos discentes nas unidades educativas e instituições do nosso município.

A elaboração participativa deste Plano significa que as diretrizes e metas definidas, de forma articulada, possibilitam efetivamente concretizar a educação de qualidade que as pessoas do nosso Município tanto merecem. Parabéns a Itapororoca por mais esta conquista.

Que a nossa educação viva dias melhores. Certamente este Plano Municipal de Educação irá contribuir efetivamente para a melhoria do ensino e para a valorização dos profissionais da educação do nosso município. Sendo assim, partimos para a concretização de um sonho que torna a educação mais justa, mais igualitária, mais transformadora e mais formadora de pessoas de bem e de agentes sociais.



MENSAGEM

Acredito que a construção e o desenvolvimento de qualquer sociedade, faz-se necessário o respeito a formação da identidade cultural, a consciência social dos indivíduos, o exercício político da cidadania, que intrinsecamente estão relacionados com um aspecto fundamental de nossa vida social: a educação. Não podemos conceber sociedade/democracia/educação separadas, visto que, entrelaçam e se completam, agem em consonância com as necessidades do mundo atual, preparando seus componentes e dotando-os dos qualitativos essenciais à continuação da humanidade.

Nessa perspectiva, todos nós agentes educacionais precisamos nos engajar cada dia mais, na esperança de que unidos somos mais fortes, e unidos somos invencíveis. Parafraseando Paulo Freire, “ai de nós, educadores, se deixarmos de sonhar os sonhos possíveis. E, o que eu quero dizer com sonho possível? Na verdade, há sonhos impossíveis e o critério de possibilidade ou impossibilidade dos sonhos é um critério histórico-social e não individual. O sonho impossível hoje torna-se possível amanhã”.

Com essa visão, rumo a um futuro próspero e cidadão, todos nós alçaremos voos cada vez mais altos, buscando incessantemente oferecer a toda comunidade itapororoquense uma educação pública eficaz e de qualidade.

Profª Jhef Costa

Secretário Municipal de Educação



SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Nosso Município.....	11
2.1 Aspectos Históricos	11
2.2 Aspectos físicos, econômicos e culturais	14
3. Diagnóstico da Educação Municipal	17
3.1 Educação Infantil e Educação Fundamental	17
3.2 Ensino Médio	19
3.3 Educação Especial	19
3.4 Educação de Jovens e Adultos	20
3.5 Educação do Campo	21
3.6 Educação Superior e Valorização dos Profissionais da Educação.....	21
4. Metas e Estratégias	22
5. Monitoramento e avaliação	48
6. Considerações Finais	49
7. Referências Bibliográficas	
8. Anexos	

1. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação trata-se de uma política educacional para todos os níveis, bem como as etapas e modalidades de educação e de ensino. É um Plano de Estado e não somente um Plano de Governo. Sua elaboração está preconizada no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, que em seu art. 8º declara: "Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano conta do da publicação desta Lei".

Dessa forma, está em obediência ao princípio constitucional de gestão democrática do ensino público, preconizada na Constituição Federal Art. 206, Inciso VII, observando a gestão democrática de ensino e da educação, a garantia de princípios de transparência e impessoalidade, a autonomia e a participação, a liderança e o trabalho coletivo, a representatividade e a competência, foi construído o presente Plano Municipal de Educação, um plano decenal. Ele requereu, de todos nós, que dele participamos com clareza e objetividade a respeito de qual educação queremos.

Este processo de construção coletiva, frutos de discussões em conferências municipais demonstra a todos nós um forte espírito democrático que nos enche de esperança, e nos aponta para um caminho em que a educação é o alicerce para o desenvolvimento de uma sociedade plena.

A construção do Plano Municipal de Educação alinha-se ao que está posto no Plano Nacional de Educação. De forma resumida, os principais aspectos norteadores abordados são: a universalização, a qualidade do ensino, a formação e valorização dos profissionais, a democratização da gestão e o financiamento da educação.

Assim esperamos que o Plano Municipal de Educação de Itapororoca aponte para uma Educação Plena, que contribua para a formação de cidadãos, com uma nova visão de mundo, em condições para interagir na contemporaneidade de forma construtiva, solidária, participativa e cidadã.

2. NOSSO MUNICÍPIO

Itapororoca, está localizado no Estado da Paraíba na Mesorregião da Mata Paraibana, na Microrregião do Litoral Norte, possui uma área de 146 km², representando 0.2588% do Estado, 0.0094% da Região Nordeste e 0.0017% do território nacional, ocupa uma posição em extensão territorial de 146º no Estado, tendo uma altitude de 81 metros, dista da capital 52,9 km, e seu acesso para João Pessoa ocorre pelas rodovias BR 101/PB 057 (CPRM, 2005). Se limita ao Norte com o Município de Curral de Cima, ao Sul, com Cuité de Mamanguape e Capim, ao Leste com Mamanguape e a Oeste, com Araçagi. De acordo com dados do IBGE (2007), o clima é predominantemente tropical úmido, com períodos de chuvas que vão de fevereiro e término em outubro, tendo uma precipitação média anual de 1.634.2 mm, com temperaturas médias anuais de 25°C. Ainda de acordo com o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a população de Itapororoca é de 16.997 habitantes, sendo 8.437 mulheres e 8.560 homens. Para 2015 a estimativa da população de acordo com a mesma fonte é de 18.129 habitantes, a zona urbana concentra a maior parte da população com 10.856 na urbana e 6.141 na rural.

2.1 Aspectos históricos

Até certo tempo, era difundida pelo senso comum local uma lenda que tentava justificar o surgimento da Vila São João (atual cidade de Itapororoca), mas, como todo mito, esse não correspondia fielmente à realidade concreta. As contradições entre continuidades e descontinuidades denunciavam esse entrave. Por esse motivo, é que brotou a ideia de (re)escrever e (re)significar a escrita da História de nosso município, escrita esta movida pelo diálogo com diversas fontes, que carregam contributos de outras formações e pensamentos.

Não existem dados concretos sobre os primeiros momentos da povoação que mais tarde viria a ser o município de Itapororoca; assim, a história da cidade de Itapororoca que conhecemos hoje foi, em larga medida, desenhada e até mesmo descoberta durante o século XIX, quando tropeiros (conjunto de homens que transportavam gado e mercadorias no Brasil) fizeram integrar o litoral às regiões mais longínquas da Paraíba, abrindo e descobrindo novos caminhos.

Nas rotas tropeiras foram estabelecidos pousos para descanso e troca de montarias, além de pernoite para os viajantes, locais que, com o tempo, se transformaram em núcleos de

várias cidades, a exemplo do nosso atual município, que surgiu de um pequeno povoado local, a Vila São João, distrito anexado ao município de Mamanguape, no ano de 1908.

Os tropeiros que faziam pouso na então Vila São João, costumavam caminhar várias horas por dia, percorrendo léguas de distância das cidades em direção aos lugares mais distantes do nosso estado. O transporte de mercadorias, visto como algo marginal, ficava a cargo de homens livres, pobres, que o desempenharam por ser uma forma de garantir sua subsistência.

Depois de assentados os ranchos, os fazendeiros não tardavam em erguer uma capela, símbolo de sua devoção. Em seguida, instalava-se uma pequena venda para suprir as necessidades básicas dos tropeiros e viajantes que por ali trafegassem. Depois, algumas famílias fixavam moradia no entorno e estava dado o ponto de partida para o estabelecimento de mais uma vila no interior do país² (ALMEIDA, 1981). E, pelo que consta, foi assim que a Vila São João deu origem ao município de Itapororoca.

Em torno do rancho de tropas, situado na atual cidade de Itapororoca, foi erguida uma capela em louvor a São João Batista, onde o padre celebrava as missas e outras cerimônias religiosas, e, em torno dela, teve início o povoado.

Segundo depoimentos de antigos moradores do nosso município, atualmente ainda existem traços remanescentes da secular atividade tropeira na região, principalmente nas áreas rurais, em pequenas localidades, sendo constatada a continuidade de atividades por meio do trabalho de cargueiros, hoje motorizados, que levam às casas dos populares inúmeras mercadorias, como cestas básicas, utensílios e objetos domésticos e tantos outros, e que na atualidade são conhecidos pelos locais como prestacionistas.

A história do nosso município está atrelada à cidade de Mamanguape, cidade esta que foi sede do distrito de Itapororoca durante várias décadas, vindo o distrito a desmembrar-se de Mamanguape apenas em 1961, com sua emancipação política.

A Vila São João de Mamanguape começa a surgir e se desenvolver devido à rota de comércio e pouso dos tropeiros e outros viajantes que se deslocavam da capital para o interior. O distrito de São João (atual Itapororoca), juntamente com outros distritos, foi criado pela Lei municipal nº 11, de 21 de dezembro de 1908, e anexado ao município de Mamanguape. Anos mais tarde, por meio do Decreto-Lei estadual nº 520, de 31 de dezembro de 1943, foi criado o distrito de Itapororoca (antiga Vila São João), englobando as terras do distrito sede do município de Mamanguape.

Os primeiros grupos de povoamento a chegarem ao território onde hoje está situada a cidade de Itapororoca encontraram, naquela época, apenas um acampamento de tropeiros que

demandavam a capital e o interior, protegidos pelas árvores frondosas que ali encontravam e pelo rio que cortava grande parte do município, que nasce no atual Parque da Nascença. A designação do lugar, ITAPOROROCA, vem do tupi-guarani e sua tradução corresponde a (*ita* = pedra e *pororoca* = encontro das águas).

Com o desenvolvimento da cultura canavieira local, a Vila prosperou, graças às figuras dos donos de engenho – um dos tipos humanos que mais teve chance de ascender, àquela época, em função de exercer uma atividade considerada de grande relevância econômica e de vital importância para a manutenção do sistema econômico vigente.

Com a criação do povoado, teve início a feira-livre, que hoje é uma das maiores da região, local em que os moradores da localidade vinham fazer suas compras, pois o comércio organizado mais próximo ficava nas cidades vizinhas de Mamanguape, Sapé e Guarabira, cujo acesso era difícil. Poucos moradores possuíam meios de se deslocar até as referidas cidades, devido à falta de transporte.

Em divisão territorial datada de 08 de janeiro de 1949, o município aparecia com a denominação de Vila de Itapororoca e permaneceu como distrito do município de Mamanguape até 1961.

Moradores relatam que Rúbio Maia Coutinho (PSD), então vereador de Mamanguape e representante do distrito de Itapororoca, apresentou proposição requerendo a criação do município, a qual foi aprovada pela Lei Estadual de nº 2.701, de 28 de dezembro de 1961, que criou o município de Itapororoca e foi sancionada pelo então governador da Paraíba, Pedro Moreno Gondim, sendo publicada no Diário Oficial do Estado no dia 29 de dezembro do mesmo ano, data em que é comemorada a emancipação política do município.

No ano de 1962, ocorreu a primeira eleição municipal no município recém-criado, tendo concorrido para aquela eleição os candidatos Rúbio Maia Coutinho (PSB) e José Marinho de Souza (PSD), tendo sido eleito o primeiro, com 772 votos, um total de 66,67% dos votos computados. Sendo assim, Rúbio Maia tornou-se o primeiro prefeito da cidade. No entanto, isso não fez com que o município recém-criado sofresse alterações na divisão do espaço e das funções urbanas.

Quando a Vila foi transformada em cidade, a capela e outras construções foram removidas pelo poder público municipal, para permitir o crescimento e desenvolvimento da nossa urbe. A igreja seria reconstruída noutro local, e anos mais tarde passaria por diversas remodelações até se transformar na Igreja Matriz de São João Batista. Com o passar do tempo, transformações foram convertendo os casebres de outrora em casas mais modernas. A nova feição das residências, além de satisfazer às vaidades dos seus donos, atendia às orientações dos novos tempos.

No final da década de 1960 e 1970, a cidade de Itapororoca começava a incorporar, como uma rotina, a elaboração de leis que traziam em seu bojo a nítida preocupação com o aspecto estético ou de embelezamento para a cidade. Nesse período, foram elaboradas posturas municipais que visavam, dentre outros aspectos, a melhoria da qualidade de vida de seus munícipes.

No tempo atual, um dos aspectos marcantes que podem ser observados em nossa cidade é a conquista lenta da cidadania, expressa pelas várias formas de organização da sociedade civil para a garantia de seus direitos fundamentais. Claro que ainda há um grande caminho a percorrer e é exatamente isso que se espera das novas gerações. Devemos procurar conhecer as lutas do povo e suas histórias, para darmos sequência a elas, objetivando a construção de uma cidade melhor.

Gradativamente, a Vila de Itapororoca se tornava oficialmente cidade. Foram muitas as lutas e reivindicações para que o município se tornasse mais uma cidade do Estado da Paraíba. Terra de homens e mulheres de bem, cidadãos trabalhadores, honrados e comprometidos com a terra que os acolheu com tanta afeição e apreço. Essa é Itapororoca, terra das águas cristalinas, do abacaxi, da cana-de-açúcar e das lendas religiosas e políticas. Cidade que, apesar de pequena, tem em seu arcabouço um povo honesto e ordeiro, que luta incessantemente para que esta terra progrida e se desenvolva cada dia mais.

2.2 Aspectos físicos, econômicos e culturais

Formada por uma composição cenozóica (areia, cascalho e níveis de argila), mesozóica (vulcânicas félsicas) e neoproterozóica (granito). Os Tabuleiros Costeiros formam a unidade geoambiental na qual o município está inserido, compreende platôs de origem sedimentar que apresentam grau de entalhamento variável, com vales estreitos e encostas abruptas.

De acordo com dados do IBGE (2007), o clima é predominantemente tropical úmido, com períodos de chuvas que vão de fevereiro e término em outubro, tendo uma precipitação média anual de 1.634.2 mm, com temperaturas médias anuais de 25°C. A vegetação é predominantemente formada por Mata Atlântica do tipo Floresta Subperenifólia, com partes de Floresta Subcaducifólia e Cerrado/ Floresta. A Bacia Hidrográfica do Rio Mamanguape abrange o município de Itapororoca, tendo como principais afluentes os rios Ipioca, Rio Itapororoca e Rio Carnaúba. Tendo um regime de água de escoamento intermitente e o padrão de drenagem dendrítico. Ainda encontramos muitos lagos/lagoas, açudes, riachos e uma fonte no Parque Municipal da Nascentça que abastece toda a população da cidade.

Em síntese, os solos são profundos e de baixa fertilidade natural, representados pelos Latossolos e Argissolos, nos topos de chapadas e topos residuais; pelos Argissolos com fragipan, Argissolos Plínticos e Podzóis nas pequenas depressões nos tabuleiros; pelos

Podzólicos Concrecionários em áreas dissecadas e encostas e Gleissolos e Solos Aluviais nas áreas de várzeas. Podemos ainda destacar a oeste do município, parte de sua área que está inserida na unidade geoambiental das Depressões Sertanejas (CPRM, 2005).

A economia baseia-se na agricultura, o município se destaca no contexto nacional como sendo a maior produtora de abacaxi da Paraíba e pela qualidade desta fruta, destaca-se ainda pela gratuidade da água: Itapororoca é uma das poucas cidades do Brasil onde não se paga pela água, marcada pelas suas belezas naturais onde se destacam os resquícios de mata atlântica pouco preservada, os rios temporários e seu relevo, destacando à visitação turística, oferece o Parque da Nascença, onde se destaca a utilização de piscinas públicas. Além do abacaxi, o município ainda produz cana-de-açúcar, milho, feijão, macaxeira, inhame, batata etc. Os demais serviços giram em torno da Prefeitura Municipal (tendo em vista que a cidade não possui fábricas nem indústrias), das aposentadorias e pensões, e de outras culturas de menor expressão.

As festas também marcam a sociabilidade na cidade de Itapororoca, reforçando os laços comunitários. As mais comuns são as Festas de Santos Reis e as Festas Juninas, mas também podemos destacar os batizados e enlaces matrimoniais, os festejos do mês de maio, o novenário dos santos padroeiros da cidade e das comunidades rurais. Essas festas dinamizam toda a comunidade local. Nos dias de festa, a cidade se adorna de gente. Os moradores se distribuem pela cidade para assistirem às atrações musicais, em meio a danças e animadas conversas sobre diversos assuntos, apreciando bebidas, salgados e doces que são vendidos em plena festa.

A lapinha ou pastoril é uma dança de tradição religiosa do nordeste brasileiro. É um folguedo que integra o ciclo das festas natalinas, que conta a história de um grupo de pastorinhas que viajam até Belém à procura do menino Jesus. A lapinha, ou pastoril, como é denominada popularmente, era representada em autos diante do presépio.

O bumba meu boi é uma dança folclórica da cultura brasileira, principalmente na região Nordeste. Combina elementos de comédia, drama, sátira e tragédia, tentando demonstrar a fragilidade do homem e a força bruta de um boi. Em alguns lugares do Brasil apresenta outras denominações, mas, de maneira geral, possui a mesma essência. Na cidade de Itapororoca, essa representação possui a denominação de Boi de Reis. As apresentações costumeiramente aconteciam na Festa de Reis, na Festa de São João e nas comunidades rurais.

A Festa de Santos Reis é realizada desde a emancipação política do município de Itapororoca, sendo uma festa popular tradicional que acontecia com muito brilho e festejos. Já a Festa de Santana é realizada a partir de 2006, tornando-se uma tradição nos dias atuais.

A Festa de São João Batista acontece desde a municipalização de Itapororoca-PB, antes denominada Vila São João. As Festas Juninas, de origem portuguesa, são festejadas com danças típicas, como a quadrilha, o xaxado e o forró. Uma fogueira é acesa para anunciar o nascimento do santo. As comidas de milho e coco são típicas da época: pamonha, milho cozido, canjica, cuscuz, pipoca e bolo de milho são apenas alguns exemplos.

Na cidade de Itapororoca, existem casas de farinha em toda a zona rural. Elas têm sua produção de modo artesanal e industrial, com mão de obra familiar ou com a participação de membros da comunidade.

No processo de fabricação da farinha, distinguem-se as seguintes etapas: colheita da mandioca, lavagem e descascamento das raízes, ralamento, prensagem, peneiramento e torração.

Também se faz necessário destacar que uma das formas de lazer da população no passado era o cinema local e a televisão que era exposta em plena Praça Frei Damião. As famílias frequentavam esses recintos para se divertirem e se inteirarem dos assuntos cotidianos.

Diante disso, podemos considerar que todos esses eventos significam relevantes meios de sociabilidade entre os pares da sociedade.

3. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

3.1 Educação Infantil e Ensino Fundamental

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Segundo a LDB nº 9394/96 a educação infantil será oferecida em: creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Itapororoca, atende em âmbito de creche integral e parcial (a partir de 2 anos) e pré-escola (4 e 5 anos) em tempo parcial. Segundo o IBGE a população de 0 a 3 anos é de 1.146, sendo atendidos na rede municipal 105 alunos e na rede privada 120, totalizando um percentual de 16% de alunos na creche, sendo distribuídas em 01 (uma) creche e 14 escolas. No que diz respeito a população de 4 e 5 anos, o IBGE informa que há 593 pessoas nessa faixa etária, sendo atendidas 320 na rede municipal e 199 na rede privada, representado 89,8% do atendimento, distribuídas em 14 escolas no município.

O corpo docente que atua na creche da rede municipal de ensino, 100% tem formação em nível superior, e na pré-escola 55%, onde seu acompanhamento e formações pedagógicas são ofertados pela secretaria de educação, em uma ação contínua e eficaz. Na rede privada 33% encontra-se qualificado na creche, e 25% na pré-escola.

Dessa forma, podemos afirmar que no âmbito da educação infantil ainda temos muito a avançar, buscando incessantemente a discussão da sociedade e dos que fazem a educação, para oferecer uma qualidade educacional à altura daqueles que mais precisam, buscando as políticas públicas adequadas para a universalização da educação infantil.

O ensino fundamental, com duração mínima de nove anos, obrigatório e gratuito na escola pública, que abrange população de 06 a 14 anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão, objetivando o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento

dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (Lei 9.939/96).

O município de Itapororoca, de acordo com o Censo 2014, oferta o ensino fundamental em 24 escolas, sendo 15 municipais, 02 estaduais e 07 privadas, indicando que dos 1.677 em idade de 06 a 14 anos, 1.621 encontram-se matriculados.

No tocante à rede física das escolas da rede municipal, 12 funcionam em prédios próprios e 03 em prédio alugados, sendo estes casas, salões de igrejas, garagens e prédio comerciais, o que nos impede na maioria das vezes de realizar atividades socioculturais por falta de espaço, necessitando também a construção de quadras poliesportivas em escolas da zona urbana e rural, já que atualmente contamos apenas com 01 na zona urbana, 01 em construção e 02 na zona rural. Destacamos também, a necessidade de construção de cisternas na zona rural em 07 escolas e 04 na zona urbana. No que diz respeito a parte elétrica das escolas da rede municipal, temos ainda escolas que necessitam de pequenos reparos para instalação de ar condicionado. Salientamos ainda, que dispomos em todas as escolas da rede municipal laboratórios de informática, no entanto estes não funcionam e muitos deles nunca receberam o acesso a internet. Nos dias atuais, necessário se faz à aquisição de novos laboratórios, com máquinas atualizadas e com conexão na rede mundial de computadores, promovendo uma pesquisa atualizada, e uma educação de melhor qualidade para nossos alunos.

Percebe-se que é necessário melhorar a qualidade da educação básica, no que diz respeito às avaliações externas, onde encontramos uma taxa de IDEB no ano de 2013 de 3.3 nos anos iniciais e de 2.9 nos anos finais, ocasionando o desafio de atingir 3.6 nos anos iniciais e 3.8 nos anos finais para o ano de 2015.

No tocante a educação integral, o Programa Mais Educação foi introduzido no ano de 2012 na rede pública estadual. Em 2013 foi ampliado para rede municipal, onde atendia 817 alunos em 03 escolas. Em 2014 novamente ampliando em mais 09, sendo 05 na área urbana e 04 na área rural, atendendo a 1.686 alunos com educação integral. Um dos maiores desafios deste município resume-se à estrutura física das escolas, que não atendem a necessidade do programa e obriga o município a alugar prédios para melhor desenvolvê-lo, o que dificulta muitas vezes o funcionamento de oficinas, no que diz respeito ao bem-estar físico de cada aluno.

No que diz respeito a formação dos docentes que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal, 65,7% possuem formação em nível superior. Na rede estadual esse percentual é de 100% e na rede privada 59,3%. Já nos anos finais, 88,7% da rede municipal possuem formação em nível superior, na rede estadual 85,2% e na privada 51,6%.

A secretaria de educação tem garantido a oferta de vagas em suas escolas para que a universalização do ensino fundamental possa chegar aos 100% de sua população, buscando métodos que evitem a evasão escolar, repetência e a distorção idade-série.

3.2 Ensino Médio

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

No município de Itapororoca, a população de 15 a 17 anos, corresponde a 1.012 pessoas, onde destas são atendidas no ensino médio, pela rede estadual de ensino em 01 escola, o número de 547 alunos no regular, 51 na Educação de Jovens e Adultos e 42 na rede privada. O município também trabalha em regime de colaboração, no que se diz respeito ao transporte escolar, conduzindo cerca de 6,3% dos alunos da zona rural para zona urbana.

No tocante a formação dos docentes que atuam no ensino médio, registra-se que na rede privada 88,9% possuem formação em nível superior, e na rede estadual 86,1%.

3.4 Educação Especial

A Educação Especial insere-se na Educação Básica, abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, sendo oferecida preferencialmente, no sistema regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Entende-se por deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, aqueles relacionados às diferenças individuais dos educandos que requer uma dinâmica própria na relação ensinar-aprender. Essa modalidade da educação escolar

encontra-se fundamentada na concepção dos direitos humanos e pautada pelos princípios éticos, políticos, estéticos e da equidade, de modo a assegurar o respeito da dignidade humana, a igualdade de oportunidades, a valorização das diferenças e o exercício da cidadania.

De acordo com os dados coletados pelo Censo Escolar 2013, atende 93,1% da população com deficiência, sendo em sua maior parte a oferta de vagas em salas multifuncionais, na rede estadual, com a disponibilidade de 01 turma. A rede municipal está em processo de conclusão pra funcionamento de mais 02 salas até o fim deste ano de 2015, e os alunos da rede municipal estão sendo atualmente atendidos em salas regulares com educação inclusiva. O município promoveu nas escolas da zona urbana acessibilidade, restando apenas algumas escolas da zona rural, que se encontra e processo de conclusão.

3.3 Educação de Jovens e Adultos

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) estabeleceu no capítulo II, seção V a Educação de Jovens e Adultos. Diz o artigo 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Essa definição da EJA, nos esclarece o potencial de educação inclusiva e compensatória que essa modalidade de ensino possui.

A modalidade educativa, a EJA representa uma forma de operacionalização do direito fundamental à educação e, portanto, como direito público subjetivo. A lei não apenas assegura a oferta de oportunidade escolar á população de jovens e adultos situados fora da idade regular (idade própria), mas, estabelece necessidade de toda uma abordagem pedagógica, incluindo conteúdos, metodologia, tipologias de organização e processos de avaliação diferenciados daqueles dos alunos que se acham na escola em idade própria.

Desta forma, orienta-se um trabalho psicopedagógico que respeite o perfil cultural do aluno adulto, ensejando-lhe o aproveitamento da experiência humana adquirida do trabalho e, portanto, manancial insubstituível de construção de trajetória de autoaprendizagem. Evidentemente, há de se avançar ainda bastante no tipo de resposta que Itapororoca e o Brasil oferece àqueles que não puderam frequentar a escola na idade própria. Entretanto, o município de Itapororoca compreende a EJA como um passaporte indispensável para o exercício adequado de uma cidadania produtiva, sendo um mecanismo importante para o combate ao analfabetismo cujos números ainda são assombrosos, seja no analfabetismo funcional ou absoluto.

Em Itapororoca, a Educação de Jovens e Adultos é ofertada na primeira e segunda fase do ensino fundamental, sendo distribuídas em 05 escolas da zona urbana e 04 da zona rural, totalizando 19 turmas, com aproximadamente 350 alunos, de acordo com Censo Escolar 2014 na rede municipal. Na rede estadual a EJA é oferecida no nível médio, atendendo a 51 alunos em 01 escola. No que diz respeito ao acesso a alfabetização, o município de Itapororoca, ofertou em 2014, 25 turmas de alfabetização totalizando 440 alunos.

3.5 Educação do Campo

No tocante a educação do campo, nosso município abriga 10 escolas na área rural totalizando 1.036 alunos. Nos últimos anos, tem se mostrado um grande empenho no fortalecimento das escolas rurais com a extinção das turmas de multisseriados e o fortalecimento da rede de transporte escolar, inclusive com monitores para melhor assistir os alunos, entre os percursos, que no caso das escolas da rede rural não ultrapassam mais de 5 km. O currículo específico, também é outro destaque para educação do campo, onde este respeita seu calendário local e busca envolver o educando no meio em que o mesmo está inserido, buscando assim uma nova perspectiva educacional para os alunos da área rural.

3.6 Ensino Superior e Valorização dos Profissionais da Educação

Itapororoca, conta atualmente com polos de universidades particulares, que oferecem ensino superior nos fins de semana, ofertando curso de graduação e pós-graduação, abrigando cerca de 100 alunos nessas modalidades. Desde, sua implantação no município, mais de 50% do corpo docente especializado da cidade, foram frutos da oferta desse ensino em nosso município. Itapororoca, ainda conta com a Universidade Federal e Estadual que estão em um raio de 60km do centro da cidade, ofertando cursos de graduação e pós-graduação, inclusive mestrado e doutorado. Cerca de 95% da qualificação dos docentes do município provém destas instituições de ensino superior que ofertam o ensino em Mamanguape, Rio Tinto, Guarabira e João Pessoa. Aumentando assim, o nível de qualificação dos profissionais do magistério da educação básica do município.

Até o ano de 2014, Itapororoca, vem obedecendo ao Piso Salarial Profissional Nacional – Lei nº 11.738, de 16/7/2008 proporcionalmente para 30h de exercício pleno, em sala de aula. Cerca de 85% dos professores que compõem a educação básica do município possuem nível superior e cerca de 45% já possuem pós-graduação. Nos últimos anos, também tem sido obedecido o cumprimento mínimo de 25% em investimento na educação, chegando a 35,6% em 2013 e 37,2% em 2014. No que diz respeito a gestão democrática na educação, o

município encontra-se em estágio de avaliação para implantação de eleições escolares, mas a gestão participativa efetuada pelos conselhos escolares e de classe atuam na construção de uma educação mais sólida de cidadã.

4. METAS E ESTRATÉGIAS

META 01- universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3(três) anos até o final da vigência deste PME. *OK*

Estratégias

- 1.1 - Definir, em regime de colaboração entre a União o Estado e o Município, metas de expansão da rede pública de educação infantil segundo o padrão Nacional de qualidade compatível com as peculiaridades locais;
- 1.2 - Promover a reestruturação e aquisição de bibliotecas, livros didáticos e paradidáticos, para rede escolar pública de educação infantil, materiais de uso pedagógico, voltado à expansão e a melhoria da rede física (que não seja ofertado ensino aos alunos em casas com estrutura residencial e sim em uma escola padrão) das creches e pré-escolas, construção de quadras poliesportivas e espaços destinados a práticas esportivas;
- 1.3 - Realizar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação infantil, como capacitação, acompanhamento e orientação para os professores da educação infantil (não promover o remanejamento de profissionais para seguimentos distintos);
- 1.4 - Ampliar a oferta de educação infantil para a população de 0 à 3 anos, realizando reuniões periódicas em localidades específicas para demonstrar a oferta do município.
- 1.5 - Universalizar o atendimento escolar da população de 4 à 5 anos;
- 1.6 - Assegurar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural tais como: brinquedoteca, ludoteca, bibliotecas e parques infantis, na zona urbana e zona rural;

- 1.7 - Ampliar a equipe técnico-pedagógica da Educação Infantil com o objetivo de fortalecer o acompanhamento das atividades em todas as escolas, a fim de promover a eficiência da qualidade no atendimento à infância;
- 1.8 - Apoiar o atendimento das populações do campo na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;
- 1.9 - Garantir o transporte escolar, atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Nacional de Trânsito – DNT, e as normas de acessibilidade que garantam a segurança e o tempo de permanência das crianças na escola;
- 1.10 - Inserir no processo formativo das crianças, elementos favorecedores da cultura da paz, do campo artístico e estético, do cuidado com o meio ambiente, da solidariedade, da ética e da justiça;
- 1.11- Garantir que os espaços físicos sejam adequados aos padrões de qualidade e acessibilidade e mobiliados em conformidade com as especificidades infantis;
- 1.12 - priorizar o acesso a educação infantil e criar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica e inserir o acompanhamento de psicopedagogo, psicólogo e outros profissionais para tratar das necessidades educacionais de cada escola;
- 1.13 - Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
- 1.14 - O Distrito Federal e os Municípios, com a colaboração da União e dos Estados, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;
- 1.15 - Garantir o compromisso das famílias com a escola, participando do cotidiano da mesma;
- 1.16 - Realizar cursos de primeiros socorros para os professores de Educação Infantil e/ou acrescentar profissionais da saúde disponíveis nas escolas;